



IDEOLOGIA E PROFESSOR DE HISTÓRIA

Itamar Freitas¹

Maria Margarida Dias de Oliveira²

Este texto problematiza os limites da ideologia nas identidades do professor de História da educação básica. Não é novidade alguma que os profissionais da área sejam (e tenham sido) considerados, na segunda metade do século XX e início do século XXI, como pessoas ideologicamente posicionadas à “esquerda” em espectros políticos representados em linha ou em um plano cartesiano ou em parábola.

Trata-se de uma impressão ou de uma opinião pouco ou nada fundamentada, porque são desconhecidas as pesquisas em escala sobre a matéria. Ocorre que essa ideia de que os professores de História são “de esquerda” e, conseqüentemente, que o seu trabalho é uma ameaça ao livre pensar dos seus alunos ou ao pensar mais à direita ou ao centro ganhou espaço nas redes sociais dos autodeclarados sujeitos “de direita” nos últimos dez anos, sobretudo por causa da oposição da grande mídia aos governos nacionais do Partido dos Trabalhadores (PT) e das campanhas promovidas pelo movimento Escola sem Partido (MEP) e apoiadas pelo Movimento Brasil Livre (MBL).

Não nos interessa, contudo, desmentir os direitistas, os partidos políticos ou os movimentos das novas direitas. São vocês, nossos colegas professores de História, o foco do nosso interesse. Importam os colegas que patrulham outros colegas professores de História declarando-os culpados por não demonstrarem o seu “alinhamento ideológico” à esquerda ou por manifestarem simpatia por ideias e projetos societários professados por líderes e instituições declaradamente direitistas. É sobre essa não declarada vigilância que nós gostaríamos de convidá-los à reflexão. Nos interessam, principalmente, os colegas que confessam a dificuldade de situar um uma ideia ou uma prática no espectro ideológico linear clássico que representa posições à direita, à esquerda e ao centro.

¹ Professor do Departamento de Educação e do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: itamarfreitasufs@gmail.com.

² Professora do Departamento de História, do Mestrado Profissional em História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: margaridahistoria@yahoo.com.br.





Três premissas para a discussão sobre as ideologias no Ensino de História

Para que a gente não se perca no labirinto de tendências teóricas da filosofia política e da teoria política pedimos que considerem três premissas. A primeira é uma definição instrumental de ideologia. Ela é aqui entendida como um conjunto de ideias articuladas que servem para contestar e criar visões de mundo e torná-las concretas, na medida do possível.

A segunda é a ideia de que as ideologias são constituídas por conceitos-valor não excludentes. A maioria dos valores mais empregados nós sabemos de cor. Eles estão nos símbolos pátrios, nos slogans seculares e nos dispositivos jurídicos: liberdade, igualdade, fraternidade (da Revolução Francesa), liberdade (da Inconfidência Mineira), ordem, progresso (da República positivista Brasileira), deus, pátria e família (da marcha conservadora de 1964).

Com as ideologias (agrupamento de ideias que identificam crenças sobre a boa vida ou visões de mundo), não temos a mesma familiaridade. Elas fogem ao nosso estoque de experiências e memórias. Elas partilham valores umas das outras, embora não signifiquem os valores partilhados da mesma forma.

Isso nos leva à terceira premissa deste texto: os conceitos valor que nucleiam cada ideologia, além de não serem excludentes, ganham significado a partir da proximidade com outros conceitos e da relevância atribuída a tais conceitos que aqui chamamos de adjacentes.

Reconhecemos que essas três premissas, do modo como são comunicadas, são demasiadamente abstratas. Mas essa simbolização será reduzida ao máximo com esses exemplos que passamos a listar, a partir de representações de ideologias no espectro ideológico linear de dois conceitos de uso comum no ensino de História: igualdade e cidadania. Afinal, igualdade e cidadania são conceitos-valor situáveis à esquerda do espectro ideológico?

A Igualdade no espectro ideológico

A representação linear do espectro político é a mais conhecida forma de situar uma ideologia em relação à outra ideologia e no interior de si mesma. Ela ganha a forma





de um segmento de reta horizontal, demarcado pelas bordas (à direita e à esquerda) e pelo ponto central.

Desde a última edição do seminal escrito de Norberto Bobbio – *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política* (1995) – o critério mais conhecido e empregado para tipificar essas posições em linha “é a diversa postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal da igualdade”. (BOBBIO, 1995, p.95).

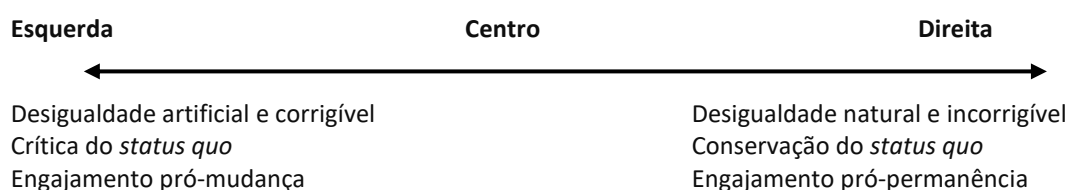


Figura 1. Espectro ideológico linear I, a partir de Bobbio (1995).

Como vemos na figura 1, pessoas situadas à esquerda do espectro estão mais predispostas a “corrigir” as “desigualdades naturais” e as “desigualdades sociais”, enquanto pessoas situadas à direita do espectro político estão mais predispostas a “aceitar” as desigualdades naturais e socioculturais. Em outros termos, pessoas mais à esquerda tendem a criticar e se engajar na mudança do estado atual das coisas, ao passo que as pessoas mais à direita tendem a conservar e resistir à mudança do estado atual das coisas (BOBBIO, 1995, p.105-106).

Empregando apenas o conceito-valor de “igualdade” vamos perceber que ele está presente em várias ideologias que se situam em diferentes posições dessa representação linear. A igualdade, contudo, não possui o mesmo significado em cada ideologia e posição. Ela é ressignificada a partir dos conceitos que lhe são adjacentes e que obedecem às circunstâncias históricas que vocês conhecem muito bem. Dizendo de outro modo, o valor da igualdade é cultivado entre portadores das clássicas ideologias do comunismo, socialismo, liberalismo, conservadorismo e fascismo, como podemos acompanhar na figura 2.





Figura 2 Espectro ideológico linear II, construído a partir de Heywood (2021).

A Cidadania no espectro ideológico

Do mesmo modo que a ideia de igualdade, a “cidadania” pode frequentar diferentes pontos do espectro ideológico, a depender dos conceitos que lhe são adjacentes e que são agrupados por demanda de determinado contexto histórico.

Na figura 3, temos algumas situações de emprego de cidadania no Ensino de História. Cidadania é aqui compreendida instrumentalmente como um status social: o estado de alguém que detém direitos. A cidadania, contudo, pode ser situada em diferentes posições do espectro político-ideológico, a depender dos conceitos (adjacentes) que a realizam e dos conceitos (periféricos) também demandados pela ocasião histórica.



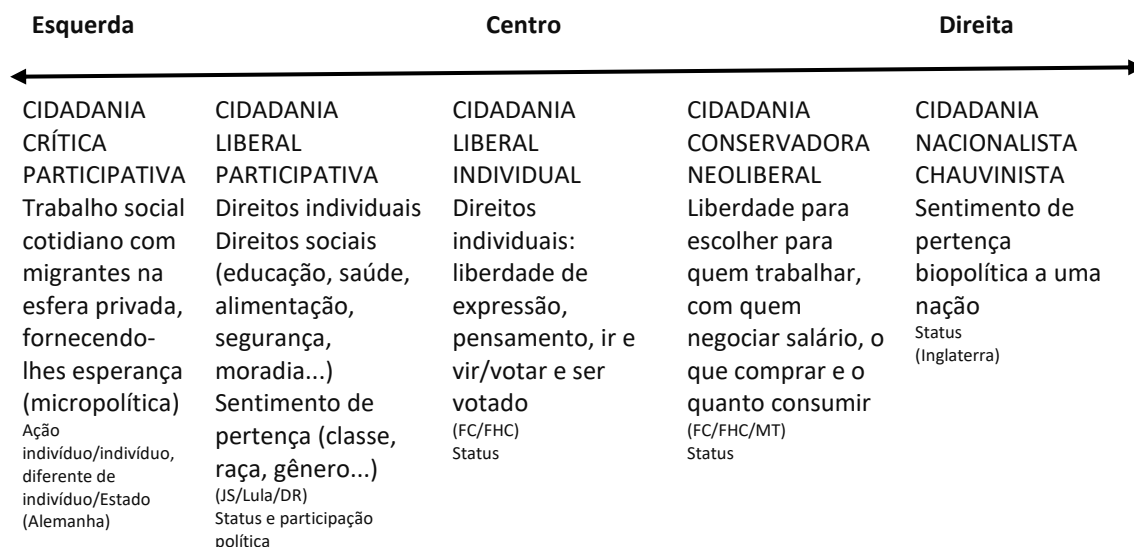


Figura 3 Cidadania no espectro ideológico linear das ideologias convencionais com base em Kymlicka e Norman (2000, p.1), Kymlicka (1996, p.15-17), Dagnino (2005), Tischmeyer (2021) e Rzadtki (2021).

Vejamos o caso da ideia de cidadania em propostas de ensino de História orientadas por ideologias convencionais ou macro ideologias, como o liberalismo e o conservadorismo. Analisemos sobretudo o caso de aplicação no Brasil. Ao centro, temos a cidadania liberal individual. O conceito de cidadania vem associado ao conceito de liberdade do tipo individual/universal, realizada em direitos civis e políticos. É o que se convencionou designar de integração à política.

Um pouco mais à direita do espectro (e à direita da cidadania liberal individual), temos a cidadania conservadora neoliberal, cujo conceito de liberdade é realizado por outros direitos: escolher trabalho e produtos. É o que se convencionou designar como integração ao consumo.

À esquerda da cidadania liberal individual, temos a cidadania liberal participativa. Essa cidadania conserva o *status* de detentor de direitos. As liberdades civis e políticas estão presentes. Mas os direitos são extensivos também à dimensão da vida social (educação, saúde, alimentação, moradia) e à vida simbólica (identidade de classe, gênero, raça, entre outros).

Todo esse arranjo da figura 3 é bastante abstrato. Quando tribuimos tempo, espaço e circunstâncias às três situações comentadas, a mutação da cidadania ou as diferenças





que marcam as ideologias por um mundo cidadão ficam mais claras. A cidadania conservadora neoliberal, combinada à cidadania liberal individual foi dominante em determinadas políticas internas do governo Color. A cidadania liberal individual foi dominante nas políticas públicas do governo Fernando Henrique Cardoso. Já nos governos Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, a cidadania do tipo liberal participativa foi a ideologia orientadora predominante nas políticas públicas.

Outra diferença, por fim, podemos notar entre essas ideias de cidadania. As do tipo liberal individual e conservador neoliberal são predominantemente realizadas como *status* (como aquisição formal de direitos). Na cidadania liberal participativa, como o próprio título indica, temos um avanço do discurso à prática com a efetiva participação popular nas mais diferentes instâncias colegiadas da sociedade civil, como também nas diferentes instâncias de governo (federal, estadual e municipal).

Conclusões

Acreditamos que a questão central que traduz o título deste texto tenha deixado os colegas um pouco preocupados ou até constrangidos. Eles deixam a impressão de que prescrevemos um posicionamento para o professor de História, ou seja, que o professor de História deveria ser neutro no espectro ideológico.

Esperamos ter desfeito esta impressão. No fundo, a nossa intenção era fazer um exercício socrático. Convidá-los à reflexão sobre os seus sentimentos e conhecimentos em relação as categorias classificatórias de comportamento: esquerda, direita e centro.

O que quisemos foi estimulá-los à leitura sobre esse glossário que acreditamos dominar, mas que, de fato, nos acostumamos a repetir irrefletidamente.

O glossário da política não se aprende sistematicamente no curso de História. Quem experimentou a vida partidária com certa disciplina tem vantagem nessa área. A maioria, contudo, nasceu sob o silêncio imposto da ditadura, replicado no tradicionalismo das classes médias e, principalmente, no conservadorismo dos pobres ou viveu as benesses de um país sem inflação e com os movimentos sociais incrustados nos Governos.

Agora que descobrimos que a direita existe e que as ideologias importam, nós os convidamos à leitura sobre as ideologias em seus mais distintos significados. Essa é a





maneira na qual nos sentimos mais seguros e à vontade para discutir algumas maneiras de enfrentar o desafio que é entender a presença do obscurantismo na esfera pública e no cotidiano familiar do nosso tempo.

Referências

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Unesp 1995.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 2ed [Revista e ampliada]. São Paulo: Brasiliense, 2008.

DAGNINO, Evelina. Dimensions of Citizenship in Contemporary Brazil. *Fordham Law Review*, V.75, N.5, 2007. Disponível em <<https://ir.lawnet.fordham.edu/flr/vol75/iss5/7>>.

KYMLICKA, Will. *Ciudadanía multicultural*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1996.

KYMLICKA, Will; NORMAN, Wayne. Citizenship in culturally diverse societies: issues, contexts, concepts. In: *Citizenship in diverse societies*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p.1-41.

LIMA, Valesca. Citizenship and access to rights. In: *Participatory Citizenship and Crisis in Contemporary Brazil*. Cham: Palgrave, 2020. p.7-31.

TAM, Henry. Re-mapping the Ideological Battleground. In: *Communitarianism: A new agenda for politics and citizenship*. London: Macmillan Press, 1998. p.31-56.

TISCHMEYER, Christian. Exclusive citizenship as basis for chauvinistic nationalism: A historical institutionalist perspective on The ruling rationales of liberal regimes. In: BAYER, Markus; SCHWARZ, Oliver (Eds.). *Democratic Citizenship in flux*. Bielefeld: Majuskel Medienproduktion GmbH, 2021. p.23-41.

